



ESPROSER – Escola Profissional, S.A.

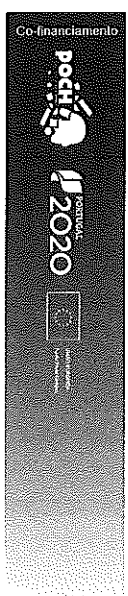
Relatório de gestão

Período findo em 31 de Dezembro de 2018



Índice		
1	INTRODUÇÃO	
2	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO NACIONAL, INTERNACIONAL E DO SETOR DA ENTIDADE	3
2.1	A NÍVEL NACIONAL	3
2.2	A Nível internacional	8
2.3	A Nível do Sector	13
3	ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS	14
3.1	ESTRUTURA DE RENDIMENTOS	14
3.2	Estrutura de Gastos	15
3.3	PESSOAL	16
3.4	EBITDA e Resultado líquido do período	16
3.5	AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO	17
4	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	18
4.1	Posição financeira	18
4.2	Indicadores de Gestão	18
4.3	Rácios financeiros mais relevantes	19
4.4	Análise Económica	19
5	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	20
6	EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA	20
7	GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	20
7.1	RISCOS DE MERCADO	21
7.1.1	<i>RISCO DE TAXA DE JURO</i>	21
7.2	RISCO DE LIQUIDEZ	21
8	COMPROMISSOS FINANCEIROS	21
9	QUESTÕES AMBIENTAIS	22
10	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	22
10.1	AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO	22
10.2	Actualização da divulgação acerca das condições à data do balanço	22
11	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
12	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	24

[Handwritten signatures and initials]



1 INTRODUÇÃO

A ESPROSER – Escola Profissional, S.A., (doravante designada por “Entidade”), constituída em 15 de Junho de 1999 (entidade proprietária da Escola Profissional de Sernancelhe, criada em 6 de Julho de 1993) com sede social em Sernancelhe, com o capital social de 50.000€, representado por 10.000 acções e tem como actividade principal o Ensino Profissional.

O presente relatório de gestão expressa, de forma apropriada, a situação financeira e os resultados da actividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2018.

É elaborado nos termos do Artigo 66º do Código das Empresas Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Empresa, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua actividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Empresa se defronta.

2 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO NACIONAL, INTERNACIONAL E DO SETOR DA ENTIDADE

2.1 A NÍVEL NACIONAL

O crescimento do PIB que se situou no patamar dos 2,1%, em 2018, deverá continuar a apresentar um comportamento de desaceleração para valores ainda de crescimento, mas em patamares de 1,8% em 2019, 1,7% em 2020 e 1,6% em 2021.

Em 2018, o consumo privado registou um crescimento de 2,3%, prevendo-se também neste domínio uma desaceleração do crescimento ao longo dos próximos anos, até aos 1,6% previstos para 2021.

As exportações de bens e serviços, que foram a componente da procura global que mais contribuiu para a recuperação da economia portuguesa, iniciada em 2013, mantiveram uma boa performance em 2018, que se prevê tenha continuidade até 2021, altura em que as projecções das exportações, em termos reais, apontam para atingirem um crescimento de cerca de 70%, face ao nível registado antes da crise financeira internacional. Neste contexto, as exportações deverão apresentar um crescimento médio anual situado num intervalo entre 3,5% e 4%, traduzindo a referida desaceleração face ao anterior ritmo de crescimento muito acentuado, registado até ao valor máximo de 7,8%, atingido em 2017.



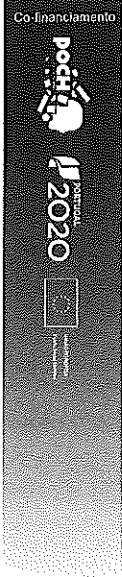
No mercado do trabalho, após um aumento de emprego registado em 2018, da ordem dos 2,2%, projecta-se que o emprego continue a crescer nos próximos anos, embora a um ritmo progressivamente menor face ao período anterior. Prevê-se assim uma desaceleração gradual até 0,4%, em 2021, com um crescimento médio anual de 0,8%, no período 2019-21. Este crescimento do emprego reflecte essencialmente a evolução positiva no sector privado.

O aumento da produtividade será o factor crucial para um maior crescimento da economia portuguesa. A evolução projectada do PIB e do emprego deverá induzir um crescimento deste importante indicador que se prevê registre crescimentos moderados no período 2019-21, o que tem que se realçar como um cenário muito positivo, após uma variação próxima do zero em 2018 e variações negativas no período de 2014-2017.

A economia portuguesa continuará a beneficiar de um enquadramento externo favorável. O actual ciclo de expansão económica é extensível a todos os países da área do euro, onde se encontram os principais parceiros comerciais de Portugal. Fora da área do euro, é também esperada uma expansão sustentada da actividade e do comércio. As condições monetárias e financeiras deverão também permanecer favoráveis. Na recuperação da actividade a FBCF empresarial e as exportações de turismo apresentarão um comportamento bastante favorável.

Na realidade, as exportações deverão manter um crescimento robusto no período até 2020, explicado pela evolução da procura externa e pela estimativa de manutenção de ganhos de quota de mercado. Já o consumo privado deverá manter um crescimento relativamente estável e inferior ao do PIB. Por sua vez a taxa de desemprego deverá manter a sua trajectória de redução. A inflação aumentou significativamente em 2017, para 1,6%, em parte também pela ligeira aceleração dos custos unitários do trabalho. Prevê-se um aumento da capacidade de financiamento no período 2018-2020 que traduz hipóteses favoráveis relativas à evolução dos juros da dívida pública e, em 2018, ao perfil de recebimentos de fundos estruturais da União Europeia.

No terceiro trimestre de 2017, de acordo com a estimativa rápida divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a actividade económica cresceu 2,5% face ao período homólogo (2,9% no primeiro semestre) e 0,5% face ao trimestre anterior. Esta evolução traduz um abrandamento da actividade, em termos homólogos, após um perfil marcadamente ascendente entre o terceiro trimestre de 2016 e o segundo trimestre de 2017. A desaceleração da actividade económica no terceiro trimestre, em termos homólogos, está reflectida na evolução de um conjunto de indicadores quantitativos de curto prazo, embora não de forma generalizada. As



exportações desaceleraram, tanto na componente de bens como nos serviços, após o elevado dinamismo observado no primeiro semestre. No que se refere à procura interna, o consumo privado acelerou e a FBCF registou um abrandamento, mantendo, no entanto, um ritmo de crescimento forte.

A evolução da actividade económica em Portugal traduziu-se, no conjunto dos três primeiros trimestres de 2017, num diferencial positivo de crescimento face à área do euro, interrompendo um longo período de diferenciais médios anuais negativos observados entre 2000 e 2016 (apenas com a excepção de 2009). Com efeito, o crescimento homólogo do PIB português foi superior ao da área do euro no primeiro semestre de 2017 (em 0,8 pp) e próximo do da área no terceiro trimestre do ano. A informação relativa ao mercado de trabalho mostrou uma evolução favorável ao longo do ano de 2017.

O crescimento homólogo do emprego no terceiro trimestre foi de 3%, apenas ligeiramente abaixo do observado no primeiro semestre (3,3%) e a taxa de desemprego reduziu-se para 8,8%, após 9,6% no primeiro semestre de 2017.

Num contexto de aumento do rendimento disponível real, de melhoria progressiva das condições do mercado de trabalho e de manutenção de condições favoráveis de financiamento, os níveis de confiança dos consumidores mantiveram o perfil ascendente, após um acentuado aumento no primeiro semestre. Neste quadro, o consumo privado apresentou no terceiro trimestre de 2017 um crescimento superior ao observado no primeiro semestre, em particular na componente de bens duradouros.

No que se refere ao consumo não duradouro, os indicadores de consumo no território apontam para uma desaceleração no terceiro trimestre de 2017.

A FBCF manteve um crescimento robusto, mas inferior ao observado no primeiro semestre. Note-se que, no primeiro semestre de 2017, a FBCF apresentou um forte crescimento em termos homólogos (cerca de 10% após 3,9% no segundo semestre de 2016), reflectindo um elevado dinamismo nas suas principais componentes (construção, máquinas e equipamentos e material de transporte). O perfil de abrandamento no terceiro trimestre terá sido generalizado aos principais tipos de investimento, estando patente nos indicadores de importação de máquinas e equipamentos e de vendas de cimento. Não obstante esta desaceleração, a FBCF continuou a apresentar taxas de crescimento elevadas no terceiro trimestre de 2017. No quarto trimestre de 2017 a procura interna deverá ter mantido um crescimento robusto, mas inferior ao observado no trimestre anterior.

No terceiro trimestre de 2017, as exportações em volume apresentaram uma desaceleração face ao primeiro semestre do ano, mantendo, no entanto, um crescimento significativo. A desaceleração foi comum nos bens (com destaque para os energéticos, que tinham registado um crescimento muito forte na primeira metade do ano) e nos serviços. De relevar que as exportações de turismo desaceleraram no terceiro trimestre face ao primeiro semestre, mantendo, ainda assim, um elevado dinamismo.

No quarto trimestre, as exportações deverão ter mantido um elevado dinamismo, embora com um crescimento homólogo inferior ao do trimestre anterior, sendo de realçar o contributo positivo das exportações do sector automóvel e a continuação de um elevado ritmo de crescimento das exportações de turismo.

As importações em volume também terão desacelerado ligeiramente em termos homólogos no terceiro trimestre face ao primeiro semestre do ano, embora acelerando face ao trimestre anterior. Esta evolução reflectiu um menor ritmo de crescimento nos bens e nos serviços não associados a turismo, tendo as importações de turismo crescido a uma taxa semelhante à da primeira metade do ano. No que se refere às importações de bens, estima-se que a componente energética tenha desacelerado significativamente, enquanto os restantes bens aceleraram. Prevê-se que no quarto trimestre de 2017 tenha havido uma desaceleração das importações.

No conjunto dos três primeiros trimestres de 2017, o excedente da balança corrente e de capital em percentagem do PIB reduziu-se ligeiramente face ao ano de 2016. Para o quarto trimestre prevê-se uma melhoria do saldo da balança corrente e de capital em percentagem do PIB, que tem implícita uma recuperação significativa da atribuição de fundos comunitários aos beneficiários finais após a queda observada nos primeiros meses do ano.

Nos últimos anos, observou-se uma reafecção crescente de recursos para o sector dos bens e serviços transaccionáveis, que se repercutiu num aumento do crescimento potencial da economia portuguesa. No entanto, permanecem fragilidades estruturais que não podem ser ignoradas. Estas fragilidades reflectem-se no ritmo lento projectado para o processo de convergência real da economia portuguesa. O actual momento cíclico deve ser aproveitado para a correcção dos grandes desequilíbrios macroeconómicos que permanecem, nomeadamente para a redução do endividamento público e privado. O investimento deve ser crescentemente dirigido para áreas que permitam aumentar o produto potencial, através do aumento dos níveis de capital por trabalhador e de uma melhor afectação de recursos. Outro desafio está relacionado com o mercado de trabalho, em que, não obstante os progressos observados desde 2013,

persiste uma percentagem de desempregados de longa duração de difícil reincorporação no mercado de trabalho. Entre 2011 e 2016, observou-se uma redução da população activa, parcialmente resultante de fluxos migratórios negativos, que deverá ser apenas parcialmente revertida no horizonte de projecção. Num contexto de um saldo natural negativo, os desenvolvimentos demográficos constituem assim um factor restritivo do crescimento potencial da economia portuguesa. Uma abordagem integrada destas diferentes dimensões é fundamental para aumentar o nível de produtividade e de bem-estar económico no longo prazo.

Por fim uma palavra em relação à crise política na Catalunha que constitui um risco relevante para a economia portuguesa, atendendo ao peso de Espanha nas relações económicas internacionais de Portugal e a eventuais repercussões a nível europeu.

Tensões políticas prolongadas na Catalunha e a incerteza associada podem afectar a confiança dos consumidores e das empresas, determinando um impacto negativo sobre o crescimento económico espanhol, com consequências ao nível da procura dirigida aos parceiros comerciais. Um aprofundamento da crise na Catalunha pode também fazer aumentar a incerteza política na Europa como um todo, havendo a possibilidade da discussão em torno da potencial independência da Catalunha poder desencadear tensões semelhantes noutros países.

Taxa de Variação Anual (%)	2017	2016	2015
Produto Interno Bruto	2,6	1,5	1,8
Consumo Privado	2,2	2,1	2,3
Consumo Público	0,1	0,6	0,8
Formação Bruta de Capital Fixo	8,3	1,6	5,8
Procura Interna	2,7	1,6	2,5
Exportações	7,7	4,1	6,1
Importações	7,5	4,1	8,2
Inflação	1,6	0,6	0,5
Taxa de Desemprego	8,9	11,1	12,4

Saldo Orçamental (% do PIB)	-1.4	-2.0	-4.4
Dívida Pública (% do PIB)	127.7	130.1	128.8
Balança Corrente e de Capital (% PIB)	1.5	1.7	1.2

Fontes: Banco de Portugal e INE.

2.2 A Nível internacional

A economia mundial continuou a expandir-se a um ritmo sólido, num quadro de manutenção de condições favoráveis nos mercados financeiros e de trabalho e de níveis relativamente elevados da confiança dos agentes económicos das principais economias avançadas. Ao longo do ano, assistiu-se, contudo, à materialização de alguns riscos negativos anteriormente elencados, nomeadamente um aumento do protecionismo comercial e focos de turbulência financeira em certas economias emergentes mais vulneráveis, num quadro de normalização da política monetária nos EUA e de um menor apetite ao risco pelos investidores internacionais. Esta expansão da economia mundial prevê-se que continue, mas a um ritmo mais moderado, num contexto de maturação do ciclo económico e de diminuição gradual dos estímulos de política monetária e de política orçamental nas principais economias avançadas, a para da esperada recuperação da atividade nas economias emergentes. O PIB mundial, que manteve um crescimento de 3,6% em 2018, deverá desacelerar para cerca de 3,3% entre 2019 e 2021. Espera-se que as mudanças na política tributária dos EUA estimulem a actividade, com o impacto no curto prazo nos Estados Unidos, principalmente impulsionado pela resposta do investimento aos cortes no imposto sobre o rendimento das empresas. O efeito sobre o crescimento dos EUA é estimado positivo até 2020, com uma série de incertezas em torno deste cenário central. Devido à natureza temporária de algumas medidas, prevê-se que o pacote de políticas fiscais reduza o crescimento por alguns anos a partir de 2022. Os efeitos do pacote sobre a produção nos Estados Unidos e seus parceiros comerciais contribuem com cerca de metade da revisão cumulativa do crescimento global em 2018 -19.

Os riscos para a previsão de crescimento global parecem amplamente equilibrados no curto prazo, mas continuam distorcidos para o lado negativo no médio prazo. No lado positivo, a recuperação cíclica pode se tornar mais forte no curto prazo, já que a recuperação da actividade e as condições financeiras mais fáceis se reforçam uma à outra.



Em contrapartida, as altas avaliações de activos e os prémios com prazo muito reduzido aumentam a possibilidade de uma correcção do mercado financeiro, o que poderia diminuir o crescimento e a confiança. Uma possível origem para este tipo de situação, está num aumento mais rápido do que o esperado na inflação subjacente das economias avançadas e das taxas de juros à medida que a procura acelera. Se o sentimento global permanece forte e a inflação muda as condições financeiras podem permanecer frouxas no médio prazo, levando a um acumular de vulnerabilidades financeiras em economias de mercado avançadas e emergentes. As políticas voltadas para o exterior, as tensões geopolíticas e a incerteza política em alguns países também representam riscos negativos.

O actual aumento cíclico proporciona uma oportunidade ideal para as reformas. As prioridades partilhadas em todas as economias incluem a implementação de reformas estruturais para aumentar a produção potencial e tornar o crescimento mais inclusivo. Num ambiente de optimismo do mercado financeiro, garantir a resiliência financeira é imperativo. A inflação fraca sugere que a “folga” permanece em muitas economias avançadas e a política monetária deve continuar a ser restritiva. No entanto, o momento de crescimento actual significa que a política fiscal deve ser cada vez mais projectada com um olhar em metas de médio prazo - garantindo a sustentabilidade fiscal e reforçando o resultado potencial. A cooperação multilateral continua a ser vital para garantir a recuperação global.

A Previsão de Crescimento Global aponta para aumento ainda em 2018 e 2019

O crescimento global para 2017 deve ter sido de 3,7%, 0,1 ponto percentual acima do previsto no Outono. As surpresas de crescimento ascendente foram particularmente pronunciadas na Europa e na Ásia.

Um impulso mais forte do que o experimentado em 2017 deverá ocorrer em 2018 e 2019, com o crescimento global revisto até 3,9 por cento em ambos os anos (0,2 pontos percentuais a mais em relação às previsões de Outono).

Para o horizonte de previsão de dois anos, as revisões ascendentes para a perspectiva global resultam principalmente de economias avançadas, onde o crescimento deverá agora exceder 2% em 2018 e 2019.

Essa previsão reflecte a expectativa de que condições financeiras globais favoráveis e um forte sentimento de confiança irão ajudar manter a recente aceleração da procura, e especialmente do investimento, com um impacto notável no crescimento das economias com elevadas

exportações. Além disso, espera-se que a reforma tributária dos EUA e o estímulo fiscal associado aumentem temporariamente o crescimento dos EUA, com efeitos favoráveis na procura para os parceiros comerciais dos EUA - especialmente o Canadá e o México.

A previsão de crescimento para os EUA foi revista em alta devido a uma actividade mais forte do que o esperado em 2017, previsão de uma maior procura externa e o impacto macroeconómico da reforma fiscal, em particular a redução das taxas corporativas e a política favorável de tratamento das despesas de investimento.

Assume-se que o declínio nas receitas de imposto não será compensado por cortes de gastos em curto prazo. Prevê-se assim que a reforma tributária possa estimular a actividade a curto prazo nos Estados Unidos. Deste modo, pode uma procura interna mais forte provocar um aumento das importações e ampliar o deficit. Em geral, prevê-se que a política aumente o crescimento até 2020, de modo que o PIB real dos EUA seja 1,2% maior em 2020 do que com uma projecção sem que a política tributária mude.

Assim a previsão de crescimento dos EUA foi aumentada de 2,3 para 2,7% em 2018 e de 1,9% para 2,5% em 2019.

As taxas de crescimento para muitas das economias da área do euro foram acima do esperado, especialmente para a Alemanha, a Itália e a Holanda, reflectindo o impulso mais forte na procura interna e maior procura externa. O crescimento em Espanha, que foi bem acima do potencial, apresenta uma previsão em ligeira baixa para 2018, reflectindo os efeitos do aumento da incerteza: na política, na confiança e na procura.

A previsão de crescimento para 2018 e 2019 também foi revista em alta para outras economias avançadas, reflectindo em particular um crescimento mais forte nas economias asiáticas avançadas, que são especialmente sensíveis às perspectivas de comércio global e ao investimento. A previsão de crescimento para o Japão foi revista em alta para 2018 e 2019, reflectindo revisões ascendentes para a procura externa, o orçamento suplementar para 2018 e uma actividade recente mais forte do que o esperado.

A previsão global de crescimento para os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento para 2018 e 2019 permanece inalterada, com diferenças marcantes nas perspectivas entre as várias regiões.

A Ásia emergente e em desenvolvimento crescerá em torno de 6,5% no período de 2018-19, o mesmo ritmo que em 2017. A região continua a representar mais da metade do crescimento



mundial. Espera-se um crescimento moderado (que aumente gradualmente) na China (embora com uma leve revisão ascendente em relação às previsões de Outono, reflectindo uma procura externa mais forte), crescimento na Índia e uma estabilidade na região ASEAN-5.

Na Europa emergente e em desenvolvimento, onde o crescimento em 2017 já foi estimado em mais de 5%, a actividade em 2018 e 2019 deverá continuar sendo mais forte do que o antecipado anteriormente, isto devido a uma maior previsão de crescimento para a Polónia e especialmente para a Turquia. Essas revisões reflectem um ambiente externo favorável, com condições financeiras favoráveis e uma procura de exportação mais forte da área do euro e, para a Turquia, uma posição política acomodatória.

Na América Latina, espera-se que a recuperação se fortaleça, com crescimento de 1,9 por cento em 2018 (como previsto no Outono) e 2,6 por cento em 2019 (uma revisão ascendente de 0,2 pontos percentuais). Esta mudança reflecte principalmente uma perspectiva melhorada para o México, que beneficia da procura mais forte dos EUA, uma recuperação mais sólida no Brasil e os efeitos favoráveis de melhores preços de matérias-primas e condições de financiamento mais fáceis em alguns países exportadores de matérias-primas. Essas revisões ascendentes mais que compensaram as revisões mais baixas para a Venezuela.

O Médio Oriente, África do Norte, Afeganistão e região do Paquistão também deverão crescer em 2018 e 2019, mas de forma moderada em cerca de 3½ por cento. Embora os preços do petróleo mais fortes ajudem a recuperar a procura interna nos exportadores de petróleo, incluindo a Arábia Saudita, o ajuste fiscal que ainda é necessário influenciará as perspectivas de crescimento.

O aumento do crescimento na África subsaariana (de 2,7% em 2017 para 3,3% em 2018 e 3,5% em 2019) está de acordo com o previsto no Outono, com um modesto aumento para a previsão de crescimento para a Nigéria e com perspectivas de crescimento moderadas na África do Sul, onde o crescimento deverá permanecer abaixo de 1 por cento em 2018-19, uma vez que o aumento da incerteza política pesa sobre a confiança e o investimento.

O crescimento deste ano e do próximo deverá permanecer acima de 2% na "Commonwealth of Independent States", apoiado por uma leve revisão ascendente das perspectivas de crescimento para a Rússia em 2018.

Os riscos para as previsões são amplamente equilibrados no curto prazo, mas - como no WEO (World Economic Outlook) de Outubro de 2017 - permanecem com tendência negativa no médio

Handwritten signatures and initials, including 'R. Lopes' and 'Gina'.

prazo. Uma ameaça notável para o crescimento é uma maior rigidez nas condições de financiamento global.

No curto prazo, a economia global provavelmente manterá seu impulso na ausência de uma correcção nos mercados financeiros - que tem experimentado uma aceleração sustentada dos preços dos activos e uma volatilidade muito baixa, aparentemente imperturbável pela política ou a incerteza política dos últimos meses.

A médio prazo, um potencial acumular de vulnerabilidades se as condições financeiras continuarem a ser fáceis, a possível adopção de políticas voltadas para o interior (o aumento das barreiras comerciais e os realinhamentos regulatórios, no contexto de negociações como a NAFTA e o BREXIT, pesariam no investimento global e reduzam a eficiência da produção, impedindo o crescimento potencial nas economias avançadas, emergentes e em desenvolvimento) e factores não-económicos representam riscos negativos.

Handwritten signatures and scribbles.

Projeções para a Economia Mundial		Estimado	Projeções
Taxa de Crescimento Anual (%)	2016	2017	2018
World Output / Produção Mundial	3.2	3.7	3.9
Economias Avançadas	1.7	2.3	2.3
EUA	1.5	2.3	2.7
Japão	0.9	1.8	1.2
Área Euro	1.8	2.4	2.2
Alemanha	1.9	2.5	2.3
França	1.2	1.8	1.9
Itália	0.9	1.6	1.4
Espanha	3.3	3.1	2.4
Reino Unido	1.9	1.7	1.5
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	4.4	4.7	4.9
Rússia	-0.2	1.8	1.7
China	6.7	6.8	6.6
Brazil	-3.5	1.1	1.9
México	2.9	2.0	2.3

Fonte: FMI World Economic Outlook de Janeiro de 2018

Co-financiamento

2.3 A Nível do Sector

O Ensino Profissional continua a sua coexistência com a incerteza relativa ao seu futuro, os atrasos crónicos dos pagamentos/reembolsos, bem como a incerteza relativa à continuidade do Ensino Profissional, para além do actual quadro comunitário, que termina em 2020.

Acresce ainda o facto do Ensino Profissional ter esgotada a verba afecta ao seu funcionamento, via POCH, em meados de 2017, a 3 anos do fim do respectivo quadro comunitário, o que provocou atrasos significativos para a autorização (pelo Ministério das Finanças) das candidaturas a novos cursos que iniciaram em Setembro de 2017 e exigiram uma reprogramação financeira a nível nacional, no sentido de garantir o financiamento do Ensino Profissional até meados de 2020, altura em que entra em funcionamento o próximo quadro comunitário.

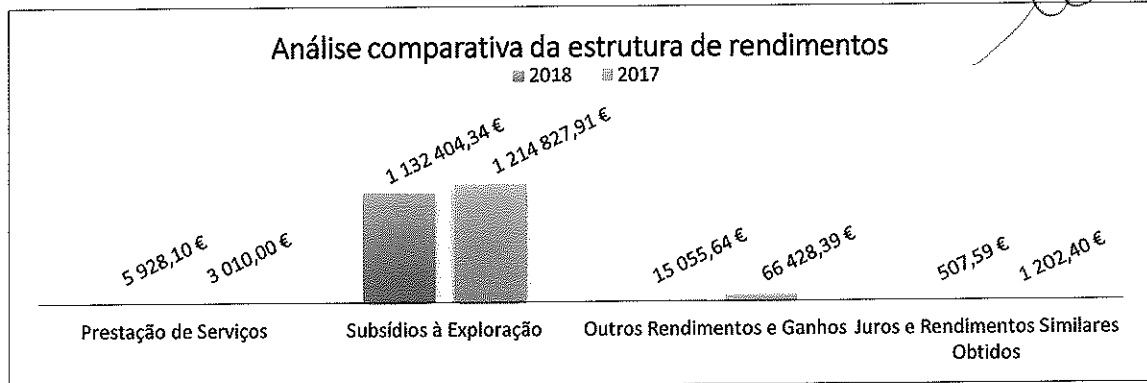
A nova modalidade de financiamento, passa a garantir o financiamento de cada curso que inicia ao longo dos 3 anos de duração, quando até agora, o financiamento era feito a cada ano lectivo para todos os cursos em funcionamento. Se é verdade que esta alteração, aumenta a estabilidade do funcionamento a médio prazo, comprometendo-se logo no início o estado e o Fundo Social Europeu (FSE), pelo financiamento de todas as turmas em funcionamento, tal vai aumentar a complexidade de controlo e funcionamento, quando começarem a coexistir 3 candidaturas em simultâneo (financiamento das turmas do 10º ano, do 11º ano e do 12º ano), relativas ao Ensino Profissional (a partir de Setembro de 2018).

Aliás, este aumento de complexidade de controlo financeiro de até 3 candidaturas de Ensino Profissional em simultâneo, levou a uma correcção de estimativas de receitas, efectuadas em exercícios anteriores, afectando directamente os Capitais Próprios, uma vez que não diziam respeito (as correcções) directamente ao exercício de 2018, mas sim a anos anteriores.

3 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

3.1 ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

Composição dos rendimentos em 2018 e 2017, a sua variação absoluta e relativa (%):



Das 4 rubricas de rendimentos da ESPROSER, verificamos um aumento de prestação de serviços e a um abaixamento das restantes 3 rubricas. Em relação aos subsídios à exploração, a redução está relacionada com uma ligeira quebra no número de alunos financiados.

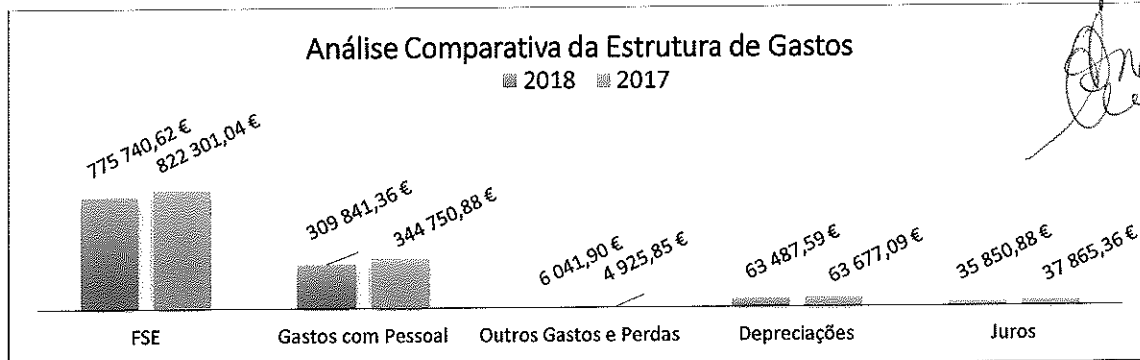
A rubrica Juros e rendimentos similares obtidos, apesar de representarem os rendimentos dos depósitos a prazo da Escola que servem de garantia real a todos os empréstimos bancários e apesar do valor ser exactamente igual (470.000€ em depósitos a prazo), o seu rendimento baixou significativamente devido a 2 factores:

- A ESPROSER renegociou os spreads das contas-corrente existentes na CGD e BCP, que baixaram respectivamente para 2,9% e 2,75%, que beneficiou e muito na baixa dos encargos financeiros suportados. No entanto e como as contas-corrente têm garantias reais de depósitos a prazo subjacentes, os rendimentos destes desceram ainda mais;
- Outro aspecto relevante, mas menos significativo, decorre do facto das taxas de juro estarem em níveis historicamente baixos, com as taxas de referência em valores negativos.



3.2 Estrutura de Gastos

Composição dos gastos em 2018 e 2017, a sua variação absoluta e relativa (%):



Em relação à estrutura de gastos, destacamos as seguintes alterações:

- FSE, tem uma diminuição de 46.560,42€ que se deve a uma contenção de gastos generalizada, apoiada numa maior eficiência energética, que tem vindo a permitir reduzir os gastos de energia eléctrica de ano para ano, bem como a uma recente renegociação de todas as telecomunicações da ESPROSER, que permitem reduzir 12.000€ anuais e que produzem efeito mais acentuadamente a partir de 2019. Devemos referir que a rubrica FSE tem como sector mais significativo, os gastos imputados aos alunos, que no exercício de 2018 ascenderam a quase 400.000€ (gastos com alimentação, transportes e seguros), representando 51% dos gastos com FSE, os quais englobam ainda os prestadores de serviços externos, como os formadores externos;
- Gastos com pessoal, verificou-se uma diminuição de 34.909,52€, que já era expectável, com a diminuição de 1 formador interno e ainda, mas em muito menor escala, devido a licenças de paternidade e de maternidade e também a baixas médicas;
- Depreciações, têm-se mantido a tendência de queda continua deste valor, sem novos acréscimos significativos do imobilizado, que contrariem essa queda;
- Juros, conforme referido na rubrica de rendimentos: Juros e rendimentos similares obtidos, a Escola beneficiou da renegociação dos spreads, os quais estão pela primeira vez a baixo dos 3% em todos os empréstimos, variando entre 2,75% e 2,95%. Esta redução, apesar do endividamento manter-se alto, motivado pelo atraso muito significativo dos reembolsos através do POCH, permitiu baixar significativamente os juros pagos aos bancos, em cerca de 9.000€ (2017), comparativamente com o ano transacto de 2016 e permitiu continuar a baixar ainda este custo, em cerca de 2.000€ em 2018;

- Outros gastos e perdas, que dizem respeito fundamentalmente a impostos, taxas e penalidades, sofreu um aumento do seu valor.

3.3 PESSOAL

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respectivo número de efectivos e o gasto médio anual por colaborador:

R. Galdos
EBNA

Rubricas	Períodos	
	2018	2017
Gastos com pessoal	309 841,36 €	344 750,88 €
Nº médio de colaboradores	13	13
Gasto médio por colaborador	23 833,95 €	26 519,30 €

Como foi referido na evolução dos gastos, a 29 de Abril de 2017, a ESPROSER chegou a acordo de rescisão por mútuo acordo com um dos dois formadores internos. Esta redução ocorrida em 2017, permitiu uma poupança, como tinha sido estimada em 2017, de cerca de 30.000€. O remanescente da redução de custos com pessoal, explica-se com 1 licença de paternidade, 1 licença de maternidade e várias baixas médicas esporádicas.

3.4 EBITDA e Resultado líquido do período

Do ponto de vista económico, o “EBITDA” e o “Resultado Líquido da Empresa”, no período de 2018 e 2017, foi o seguinte:

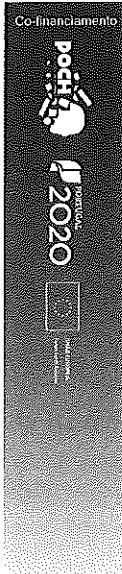
	2018	2017
Resultado Líquido do Período	-40 924,73 €	8 381,55 €
EBITDA	61 764,20 €	112 288,53 €

Em relação ao resultado líquido do período, o valor reduziu-se e passou a negativo, devido a todas as correcções em baixa das receitas estimadas, incluindo as relativas ao exercício de 2018.

Para a evolução do EBITDA, teve o seguinte contributo positivo:

- Redução dos Fornecimentos e Serviços Externos;
- Redução dos Gastos com pessoal;

Contribuíram negativamente para a redução do EBITDA:

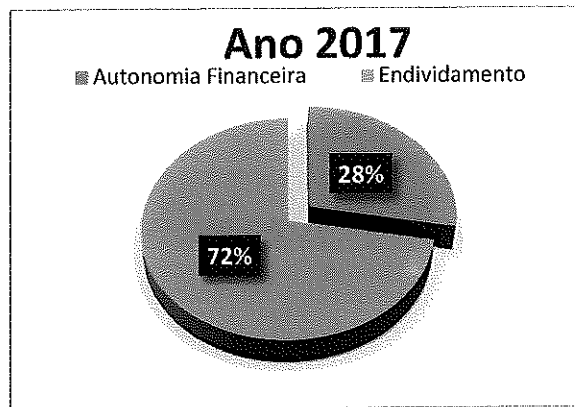
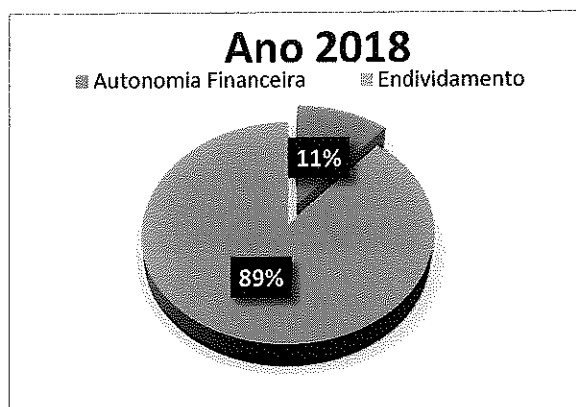


- Redução das prestações de serviços;
- Redução do número de turmas financiadas (diferença entre as turmas que concluem o 12º ano e as novas que entram no 10º ano);
- Aumento da rubrica outros gastos, nomeadamente impostos, taxas e penalidades
- Redução da rubrica outros rendimentos.

Ki Guedes
Ana

3.5 AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Em resultado da sua actividade, a posição financeira da Empresa apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



A Autonomia Financeira teve uma redução significativa, devido ao facto de terem sido feitas correcções nos rendimentos de exercícios anteriores e que reduziram directamente a rubrica dos capitais próprios. O acerto efectuado nos rendimentos considerados de exercícios anteriores, ascendeu a 313.617,77€, permitindo que o exercício de 2019 tenha todas as condições de apresentar um resultado líquido positivo, resolvida a problemática dos transportes de alunos de fora do concelho.



4 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1 Posição financeira

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Empresa através da análise dos seguintes itens de balanço:

Handwritten signature and initials: K. Que dos, Ana

Rubricas	2018		2017	
Activo não corrente	212 859,89 €	12,54%	285 580,18 €	14,33%
Activo corrente	1 484 215,52 €	87,46%	1 707 250,50 €	85,67%
Total activo	1 697 075,41 €		1 992 830,68 €	

Rubricas	2018		2017	
Capital Próprio	192 547,93 €	11,35%	557 937,96 €	28,00%
Passivo não corrente	317 778,84 €	18,73%	431 922,63 €	21,67%
Passivo corrente	1 186 748,64 €	69,93%	1 002 970,09 €	50,33%
Total capital próprio e passivo	1 697 075,41 €		1 992 830,68 €	

A principal alteração no balanço, está relacionada com a correcção em baixa dos rendimentos mensurados em exercícios anteriores, no montante de 313.617,77€.

4.2 Indicadores de Gestão

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2018 e respectivos valores comparativos:

Indicadores de Gestão	2018	2017	Δ
Volume de negócios	5 928,10 €	3 010,00 €	49,22%
Subsídios à Exploração	1 132 404,34 €	1 214 827,91 €	-7,28%
Resultados Líquidos	-40 924,73 €	8 381,55 €	-79,52%
Cash-Flow	22 562,86 €	72 058,64 €	-219,37%
Capital Próprio	192 547,93 €	557 937,96 €	-189,77%
Activo Total Líquido	1 697 075,41 €	1 992 830,68 €	-17,43%
Activo Fixo Tangível	211 659,89 €	283 588,53 €	-33,98%
Capitais Permanentes	510 326,77 €	989 860,59 €	-93,97%

Em análise ao quadro apresentado, este propicia os seguintes comentários:

- A variação ocorrida no "Capital próprio" é referente à redução de estimativas de rendimentos contabilizadas em exercícios anteriores, que tinham sido mensuradas no início dos respectivos contractos de financiamento e que estão relacionadas ou com a

redução/desistência de alunos, ora com a redução da execução física do número de horas frequentadas pelos alunos, e também pelas despesas consideradas não elegíveis, foi feita uma redução dos capitais próprios no montante de 313.617,77€;

- A variação ocorrida nos “Activo Total Líquido” é o resultado da diminuição dos Capitais Próprios.

4.3 Rácios financeiros mais relevantes

De seguida apresentam-se outros rácios financeiros relevantes referentes ao período de 2018 e 2017:

Análise Financeira	2018	2017	Δ
Autonomia Financeira	11,35%	28,00%	-59,46%
Solvabilidade	30,07%	38,89%	-22,68%
Endividamento	0,89	0,72	23,13%

Da análise ao quadro acima, apresentamos seguintes comentários:

A autonomia financeira diminuiu, como referido, devido fundamentalmente à correcção efectuada por contrapartida de capitais próprios.

O endividamento em percentagem aumentou, apenas por causa da diminuição dos capitais próprios.

4.4 Análise Económica

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativamente à análise económica no período findo em 2018, comparativamente com o período de 2017:

Análise Económica	2018	2017	Δ
Rendib. do activo (Resultado Oper./Activo Total)	-0,10%	2,44%	-104,16%
Rentabilidade do Capital Próprio	-21,25%	1,50%	-1514,84%

Em análise aos dados do quadro apresentados, este propicia os seguintes comentários:

Houve uma diminuição da rentabilidade do activo e do capital próprio, pelo facto da ESPROSER ter tido um prejuízo.

5 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

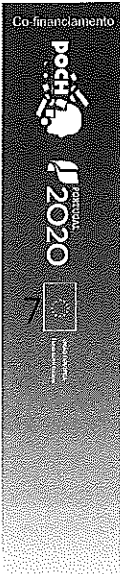
A Empresa no período económico findo em 31 de Dezembro de 2018, alcançou o resultado líquido – 40.924,73€ Euros. Propõe-se a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

- Resultados Transitados -40.924,73€.

6 EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que o futuro próximo da Empresa:

- Os custos de financiamento da Escola baixaram de forma significativa, como foi previsto no exercício anterior, apesar de persistirem enormes atrasos nos reembolsos do POCH e mesmo na aprovação das candidaturas (a candidatura 1674 que iniciou em Setembro de 2017, só teve aprovação no final de Março de 2018), a renegociação dos spreads aplicados à Escola (variam entre 2,75% e 2,95% em finais de 2017), permitiram uma poupança significativa nos juros pagos às instituições bancárias. Em sentido contrário e como servem de colateral aos empréstimos, os depósitos a prazo viram a sua rentabilidade praticamente desaparecer. A Escola vai continuar a renegociar as suas contas-corrente, de forma a baixar ainda mais o spread aplicado e consequentemente baixar o custo de financiamento;
- Com o aumento de liquidez iniciada ainda em 2016, a ESPROSER consegue operar com atrasos superiores a 12 meses, sem colocar em causa todos os seus compromissos, nomeadamente impostos, bancos, salários e fornecedores;
- Em 2018, a Escola obteve a Certificação como Entidade Formadora pela DGERT;
- Em 2019, a Escola vai tentar obter a certificação EQAVET (sistema de Qualidade direccionado para as Escolas Profissionais), no sentido de obter uma maximização de 30% das candidaturas financeiras.



7 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Empresa não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo Órgão de Gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações

assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Empresa.

7.1 RISCOS DE MERCADO

7.1.1 RISCO DE TAXA DE JURO

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a Empresa encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro. Como regra geral a Empresa não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

7.2 RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objectivo garantir que a Empresa possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas actividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende as seguintes aspectos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida; e,
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

COMPROMISSOS FINANCEIROS

Os principais compromissos financeiros prendem-se com as conta-correntes subscritas junto da CGD e BCP e que podem atingir um máximo de 300.000 Euros cada uma e que têm por finalidade suprir os atrasos nos reembolsos do POCH, mantendo sempre uma execução financeira elevada.

Em Agosto de 2016, foi contratualizado junto da CGD, uma linha PME Crescimento 2015, no montante de 50.000€ e pelo prazo de 5 anos, a terminar em Julho de 2021.

No final de 2016, a Escola contraiu , junto da CCAM, um empréstimo a 7 anos, no montante de 500.000€, com início em Dezembro de 2016 e término em Dezembro de 2023, para financiamento de tesouraria da Empresa.

9 QUESTÕES AMBIENTAIS

A ESPROSER-Escola Profissional, S.A. cumpre todas as disposições ambientais na separação e envio para reciclagem de todos os resíduos sólidos e líquidos produzidos na Empresa.

Tem havido uma preocupação acrescida na separação de lixo e resíduos, possuindo para o efeito contentores específicos para a separação do lixo e resíduos.

10 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

10.1 AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração nesta data. No entanto os accionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

10.2 Actualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Alunos e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas actividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.



Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Empresa.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2018, que compreendem o Balanço individual e a Demonstração individual dos resultados por naturezas e o Anexo.

Sernancelhe, 25 de Junho de 2019

O Conselho de Administração;

Ana Isabel Brás Chaves - Presidente do Conselho de Administração

Rui Jorge do Carmo Guedes - Vogal

António Jorge Ribeiro de Figueiredo- Vogal

12

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º e o nº 4 do artigo 448º, ambos do Código das Empresas Comerciais (CSC):



Relação dos accionistas com mais de um décimo / um terço ou metade do capital social:

Com um décimo:

Associação Âmbula Instituição Particular de Solidariedade Social - 1.000 acções;

Com mais de um terço:

Liga de Amigos da ESPROSER - 4.000 Acções; e,
Município de Sernancelhe - 4.950 Acções.

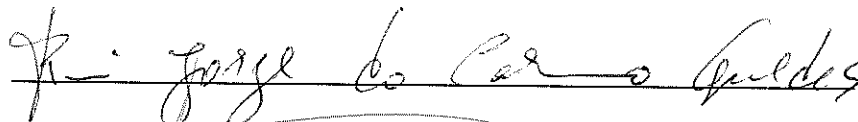
Durante o período de relato não ocorreram variações ao nível dos accionistas bem como das respectivas participações financeiras.

Sernancelhe, 25 de Junho de 2019

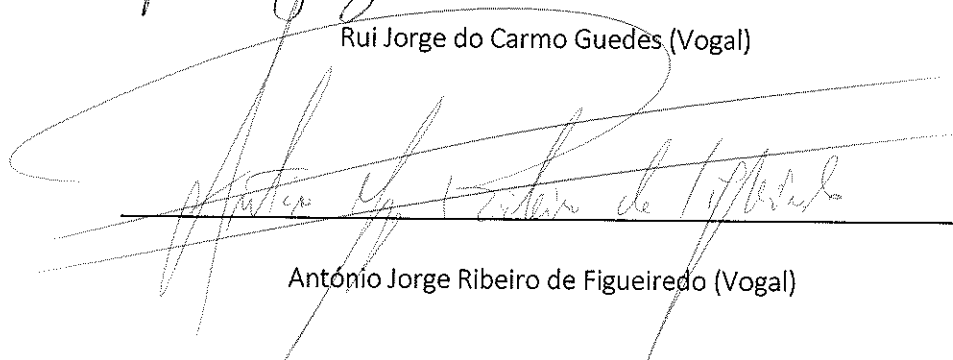
O Conselho de Administração;



Ana Isabel Brás Chaves (Presidente do Conselho de Administração)



Rui Jorge do Carmo Guedes (Vogal)



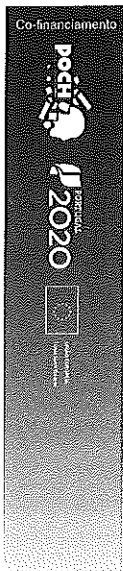
António Jorge Ribeiro de Figueiredo (Vogal)



ESPROSER – Escola Profissional, S.A.

Relatório de gestão

Período findo em 31 de dezembro de 2018



Índice

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ANEXO 7

1	Identificação da entidade e período de relato	7
1.1	Designação da entidade	7
1.2	Sede	7
1.3	Natureza da atividade	7
2	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
2.1	Indicação do referencial contabilístico	7
2.2	Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade	9
2.3	Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior	9
3	Principais políticas contabilísticas	9
3.1	Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.	9
3.1.1	<i>Ativos fixos tangíveis</i>	9
3.1.2	<i>Locações</i>	10
3.1.3	<i>Ativos intangíveis</i>	11
3.1.4	<i>Outros investimentos financeiros</i>	11
3.1.5	<i>Ativos não correntes</i>	11
3.1.6	<i>Clientes e outros créditos a receber</i>	12
3.1.7	<i>Estado e outros entes públicos</i>	12
3.1.8	<i>Capital subscrito e não realizado</i>	12
3.1.9	<i>Acréscimos e diferimentos</i>	13
3.1.10	<i>Caixa e depósitos bancários</i>	13
3.1.11	<i>Imparidade de ativos</i>	13
3.1.12	<i>Capital subscrito</i>	15
3.1.13	<i>Outros instrumentos de capital próprio</i>	15
3.1.14	<i>Reserva legal</i>	16
3.1.15	<i>Outras reservas</i>	16
3.1.16	<i>Resultados transitados</i>	16
3.1.17	<i>Outras variações no capital próprio</i>	16
3.1.18	<i>Passivos correntes</i>	17
3.1.19	<i>Financiamentos obtidos e gastos com financiamento</i>	17
3.1.20	<i>Fornecedores</i>	18
3.1.21	<i>Rédito</i>	18
3.1.22	<i>Subsídios atribuídos</i>	19
3.1.23	<i>Benefícios dos empregados</i>	20
3.1.24	<i>Imposto sobre o rendimento do período</i>	20
3.1.25	<i>Acontecimentos após a data do balanço</i>	21
3.1.26	<i>Outras políticas contabilísticas revelantes</i>	22
3.1.27	<i>Principais pressupostos relativos ao futuro</i>	22
3.1.28	<i>Principais fontes de incerteza das estimativas</i>	22
3.2	Alterações de políticas contabilísticas: Indicação da natureza e efeitos da alteração da política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, as razões pelas quais a aplicação da nova política proporciona informação fiável e mais relevante	22
3.3	Alterações nas estimativas contabilísticas	23
3.4	Correção de erros de períodos anteriores	23

[Handwritten signatures and initials]





4	Partes relacionadas	
4.1	Relacionamentos com empresas-mãe	
4.2	Remunerações da pessoal chave da gestão (membros de órgãos de administração, de direção e de supervisão)	
4.3	Transações entre partes relacionadas	
5	Ativos fixos tangíveis	
5.1	Divulgações sobre ativos fixos tangíveis	
5.2	Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas	
6	Locações	
6.1	Locações financeiras	
7	Ativos intangíveis	
7.1	Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:	
7.2	Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras	
8	Investimentos financeiros	
9	Estado e outros entes públicos	
10	Outros créditos a receber	
11	Diferimentos	
12	Caixa e depósitos bancários	
13	Capital próprio	
13.1	Capital subscrito	
13.2	Reservas Legais	
13.3	Outras reservas	
13.4	Resultados transitados	
13.5	Outras variações nos capitais próprios	
14	Financiamentos obtidos	
14.1	Financiamentos obtidos cuja duração residual seja superior a cinco anos	
15	Fornecedores	
16	Outros passivos	
17	Vendas, prestação de serviços e rédito	
18	Subsídios à exploração	
19	Fornecimentos e serviços externos (FSE)	
20	Gastos com pessoal	
21	Outros rendimentos	
22	Outros gastos	
23	Juros e rendimentos similares obtidos	

[Handwritten signatures and initials over the table of contents]





24	Juros e gastos similares suportados	
25	Impostos sobre o rendimento	
25.1	Relacionamento entre gasto /rendimento de impostos e lucro contabilístico	
26	Acontecimentos após a data do balanço	
26.1	Autorização para emissão	
26.2	Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:	
27	Divulgações exigidas por diplomas legais	
28	Outras informações	
28.1	A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados	
28.2	Garantias prestadas	
29	<i>Termo de responsabilidade</i>	

Handwritten signatures and numbers on the right side of the page, including '39', '40', and '41'.



BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

RUBRICAS	Notas	Período	
		31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	211 659,89	283 588,53
Ativos intangíveis	7	-	791,65
Investimentos Financeiros	8	1 200,00	1 200,00
Créditos e outros ativos não correntes		-	-
		212 859,89	285 580,18
Ativo corrente			
Cientes			654,04
Estado e outros entes públicos	9		1 221 700,99
Outros créditos a receber	10	943 471,29	5 646,73
Diferimentos	11	8 107,41	470 233,99
Outros ativos correntes	12	517 179,35	9 014,75
Caixa e depósitos bancários	12	15 457,47	
		1 484 215,52	1 707 250,50
Total do ativo		1 697 075,41	1 992 830,68
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	13,1	50 000,00	50 000,00
Reservas legais	13,2	10 000,00	10 000,00
Outras reservas	13,3	73 122,09	73 122,09
Resultados transitados	13,4	46 112,86	351 349,08
Ajustamento/outras variações no capital próprio	13,5	54 237,71	65 085,24
Resultado líquido do período		-40 924,73	8 381,55
Total do capital próprio		192 547,93	557 937,96
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	317 778,84	431 922,63
		317 778,84	431 922,63
Passivo corrente			
Fornecedores	15	44 787,81	53 198,68
Estado e outros entes públicos	9	26 839,89	13 090,70
Financiamentos obtidos	14	677 224,32	115 252,05
Diferimentos	11	131 459,22	181 382,18
Outros passivos correntes	16	306 437,40	
		1 186 748,64	1 002 970,09
Total do passivo		1 504 527,48	1 434 892,72
Total do capital próprio e do passivo		1 697 075,41	1 992 830,68

Conselho de Administração

Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS - PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade monetária: Cêntimo de Euro

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Período	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	17	5 928,10	3 010,00
Subsídios à exploração	18	1 132 404,34	1 214 827,91
Fornecimentos e serviços externos	19	-775 740,62	-822 301,04
Gastos com pessoal	20	-309 841,36	-344 750,88
Outros rendimentos	21	15 055,64	66 428,39
Outros gastos	22	-6 041,90	-4 925,85
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		61 764,20	112 288,53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,2	-63 487,59	-63 677,09
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1 723,39	48 611,44
Juros e rendimentos similares obtidos	23	507,59	1 202,40
Juros e gastos similares suportados	24	-35 850,88	-37 865,36
Resultado antes de impostos		-37 066,68	11 948,48
Imposto sobre o rendimento do período	25	-3 858,05	-3 566,93
Resultado líquido do período		-40 924,73	8 381,55

Conselho de Administração

Contabilista Certificado



Co-financiamento



2020



**ANEXO****1 Identificação da entidade e período de relato****1.1 Designação da entidade**

ESPROSER - ESCOLA PROFISSIONAL, S.A.

1.2 Sede

Av. das Tílias, 3640-211 Sernancelhe.

1.3 Natureza da atividade

Tem como atividade principal o ensino profissional.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1 Indicação do referencial contabilístico**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF - PE), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF – PE) (Aviso n.º 8257/2015, e 29 de julho).

Assim, segundo o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho, através da nova redação dada Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, consideram-se pequenas entidades aquelas que à data do balanço, não ultrapassem dois dos três limites seguintes¹:

¹ Excluem-se deste limite as entidades consideradas como microentidades

- a) Total do balanço: 4 000 000 Euros;
- b) Volume de negócios líquido: 8 000 000 Euros;
- c) Número médio de empregados durante o período: 50.

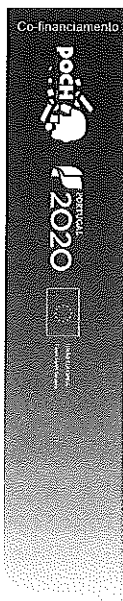
De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF - PE) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Normas internacionais e Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - PE), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 3º da Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente;

- Balanço, modelo reduzido;
- Demonstração dos resultados por naturezas, modelo reduzido;





- Anexo, modelo reduzido.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2016, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3 Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas, tendo por base o referido na nota 3.1.14.

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação



As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o valor residual não se alterar.

As depreciações que integram os ativos fixos tangíveis, iniciam-se quando os bens que lhe estão afetos estão disponíveis para uso, numa base de duodécimos.

A vida útil média estimada para cada classe dos ativos fixos tangíveis é a seguinte:

Ativos tangíveis	Vida útil em anos (intervalo)	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	5 - 40	2,5% - 20%
Equipamento básico	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4	25% - 100%

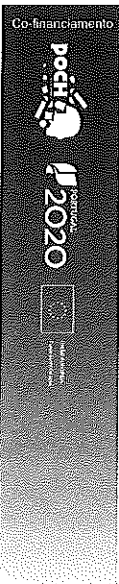
Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil dos ativos fixos tangíveis são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.1.2 Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo fixo tangível, e a responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", sendo que os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.





[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

3.1.3 *Ativos intangíveis*

Os ativos intangíveis com vida útil definida, que compreendem essencialmente programas de computador encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta de uma forma consistente e por duodécimos, durante um período que varia entre 3 e 5 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Um ativo intangível com uma vida útil indefinida deve ser amortizado num período máximo de 10 anos.

Não é permitido neste referencial contabilístico a revalorização dos ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

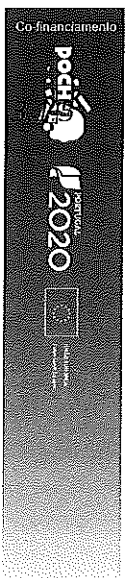
3.1.4 *Outros investimentos financeiros*

Estes investimentos financeiros, encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao seu justo valor com variações nos resultados. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

Ativos não correntes

Um ativo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado num período até doze meses após a data do balanço; ou



- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou sejam usados para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros ativos devem ser classificados como não correntes.

3.1.6 Clientes e outros créditos a receber

Estes instrumentos financeiros incluídos na NCRF nº27, sempre que aplicável, são mensurados inicialmente ao custo menos qualquer perda por imparidade.

As dívidas de terceiros são registadas ao custo deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas tendo por base o referido na nota 3.1.14 e na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente/outros créditos a receber está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. Em face do relacionamento com esta entidade, não é exetável a existência de perdas por imparidade nesta rubrica.

3.1.8 Capital subscrito e não realizado



De acordo com a Norma, uma entidade deve reconhecer instrumentos de capital próprio no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio. Se os instrumentos de capital próprio forem emitidos antes dos recursos serem proporcionados a entidade deve apresentar a quantia a receber como um ativo na rubrica "Capital subscrito não realizado" (nota 3.1.15).

3.1.9 Acréscimos e diferimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber" e "Outras dívidas a pagar" ou "Diferimentos (ativos ou passivos)".

3.1.10 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Imparidade de ativos

A NCRF 12 – Imparidade de ativos deve ser aplicada no âmbito da contabilização da imparidade de todos os ativos, com exceção:

- Inventários (ver a NCRF 18 - Inventários);
- Ativos provenientes de contratos de construção (ver a NCRF 19 - Contratos de Construção);

- Ativos por impostos diferidos (ver a NCRF 25 - Impostos sobre o Rendimento);
- Ativos por benefícios de empregados (ver a NCRF 28 - Benefícios dos Empregados);
- Ativos financeiros que estejam no âmbito da NCRF 27 - Instrumentos Financeiros;
- Propriedades de investimento que sejam mensuradas pelo justo valor (ver a NCRF 11 - Propriedades de Investimento)
- Ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola que sejam mensurados pelo justo valor menos os custos de alienação (ver a NCRF 17 - Agricultura); ou
- Ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda de acordo com a NCRF 8 - Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas.

Assim neste âmbito, a empresa avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente



reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição do excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.

[Handwritten signatures and initials]

3.1.12 *Capital subscrito*

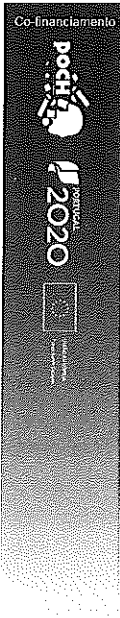
Em cumprimento do disposto no artº 272 (Sociedade anónimas) do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade da Empresa deve indicar especialmente, o seu capital o valor nominal de cada título (ação) e os seus respetivos titulares. A parte do capital subscrito, mas ainda por realizar encontra-se registado na rubrica do ativo “Capital subscrito e não realizado” (nota 3.1.11).

Caso existam ações próprias, estas não são individualizadas no balanço, mas apresentadas a deduzir ao capital subscrito.

3.1.13 *Outros instrumentos de capital próprio*

Esta rubrica é utilizada para reconhecer as prestações suplementares ou quaisquer outros instrumentos financeiros (ou as suas componentes) que não se enquadrem na definição de passivo financeiro.

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (artº 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (artº 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (artº 213 do CSC).



3.1.14 Reserva legal

De acordo com o artº 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC)

3.1.15 Outras reservas

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas nos termos dos anteriores referencial contabilístico e as efetuadas na data de transição, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica Excedentes de Revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

Acresce que, as reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

3.1.16 Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após o cumprimento das demais obrigações impostas pelo CSC.

3.1.17 Outras variações no capital próprio

Esta rubrica regista, nomeadamente:

os subsídios associados a ativos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a rubrica 7883 - Imputação de subsídios para investimentos, à medida em que forem contabilizadas as depreciações/amortizações do investimento a que respeitem. Aquando do seu registo inicial, o subsídio prefigura um aumento nos benefícios económicos durante o período contabilístico que resulta em aumento do capital próprio.

Porém, e uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, o aumento do capital próprio apenas se circunscreve à quantia do subsídio (a registar a crédito da conta 5931 - Subsídios atribuídos, por débito de meios financeiros líquidos ou de uma subconta da conta 278 - Outros devedores e credores), deduzida da quantia do imposto que lhe está associado (a registar a débito da conta 5932 - Ajustamentos em subsídios, por crédito de uma subconta da conta 278 -

Outros Dividas a Pagar – não corrente). Em cada um dos períodos subsequentes em curso o subsídio é reconhecido como rendimento na demonstração dos resultados, é também reconhecido o correspondente imposto, sendo, então, debitada a conta 5931 - Subsídios atribuídos por crédito da conta 7883 - Imputação de subsídios para investimentos e creditada a conta 5932 - Ajustamentos em subsídios por débito da subconta da conta 278 – Outras dívidas a pagar – não corrente.

3.1.18 *Passivos correntes*

Um passivo deve ser classificado como corrente quando satisfizer qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deva ser liquidado num período até doze meses após a data do balanço; ou
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros passivos devem ser classificados como não correntes.

3.1.19 *Financiamentos obtidos e gastos com financiamento*

Os empréstimos bancários, são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um "ativo que se qualifica" (é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda) cujo período de tempo para ficar pronto para uso pretendido seja substancial, caso em que devem ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso ou venda estejam concluídas. Os custos de



empréstimos obtidos são os custos de juros e outros incorridos por uma entidade relativamente aos pedidos de empréstimos de fundos.

Os custos de empréstimos obtidos incluem:

- Gastos com juros;
- Encargos financeiros relativos a locações financeiras; e
- Diferenças de câmbio provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira até ao ponto em que sejam vistos como um ajustamento do custo dos juros.

Dependendo das circunstâncias, qualquer dos seguintes elementos podem constituir "ativos que se qualificam":

- Inventários;
- Ativos fixos tangíveis (Exemplos: Instalações industriais e Instalações de geração de energia, incluindo, as propriedades de investimento);
- Ativos intangíveis;

Os ativos financeiros, e os inventários que sejam fabricados, ou de outro modo produzidos, durante um curto período de tempo não são ativos que se qualificam. Os ativos que estejam prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda quando adquiridos não são ativos que se qualificam, logo não podem ser capitalizados os gastos de financiamento que lhe poderiam ser diretamente imputáveis.

3.1.20 Fornecedores

Estes instrumentos financeiros são mensurados ao custo.

3.1.21 Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau

Handwritten signatures and initials, including "K. Queiroz" and a large scribble.



geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do crédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o crédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade.

Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o crédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer crédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do crédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos pelo seu valor nominal. Quanto aos royalties, estes são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo, segundo o acordo estabelecido. Os dividendos são reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

3.1.22 Subsídios atribuídos

Os subsídios atribuídos são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração ou no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na

demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

3.1.23 *Benefícios dos empregados*

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.



As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de N-3 a N poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de quatro anos após a sua ocorrência, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 17% aos primeiros 15.000,00€ de matéria coletável e 21% aos restantes rendimentos, além das tributações autónomas em vigor.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os acontecimentos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço



("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.26 Outras políticas contabilísticas revelantes

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

3.1.27 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1.28 Principais fontes de incerteza das estimativas

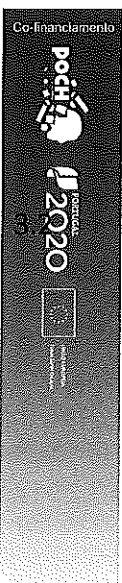
A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotados na elaboração das demonstrações financeiras anexas que possam implicar um registo significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro).

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Alterações de políticas contabilísticas: Indicação da natureza e efeitos da alteração da política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, as razões pelas quais a aplicação da nova política proporciona informação fiável e mais relevante

Uma entidade deve alterar uma política contabilística apenas se a alteração:

- Passar a ser exigida por esta Norma ou Norma Interpretativa; ou



[Handwritten signatures and initials in the right margin]



- Resultar no facto de as demonstrações financeiras proporcionarem informação fiável e mais relevante sobre os efeitos das transações, outros acontecimentos ou condições, na posição financeira e desempenho financeiro.

Não são alterações nas políticas contabilísticas:

- A aplicação de uma política contabilística para transações, outros acontecimentos, ou condições, que difiram em substância daqueles que ocorreram anteriormente; e
- A aplicação de uma nova política contabilística para transações, outros acontecimentos ou condições, que não ocorreram anteriormente ou eram imateriais.

Handwritten signatures and initials, including 'R. Mendes'.

As alterações nas políticas contabilísticas serão aplicadas **retrospectivamente**, exceto se um capítulo desta norma dispuser diferentemente (por exemplo, no caso das revalorizações do ativo fixo tangível, não se aplica retrospectivamente) se tal aplicação for impraticável ou se os gastos superarem os benefícios daí resultantes.

3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas

O efeito de uma alteração numa estimativa contabilística, que não seja uma alteração à qual se aplique o parágrafo seguinte (*), deve ser reconhecido **prospetivamente** incluindo-o nos resultados do:

- Período de alteração, se a alteração afetar apenas esse período; ou,
- Período de alteração e períodos futuros, se a alteração afetar ambas as situações.

(*) até ao ponto em que uma alteração numa estimativa contabilística dá origem a alterações em ativos e passivos, ou se relacione com um item do capital próprio, ela deve ser reconhecida pelo ajustamento da quantia escriturada do item de capital próprio, ativo ou passivo relacionado no período da alteração.

3.4 Correção de erros de períodos anteriores

A correção de um erro material de um período anterior é excluída dos resultados do período em que o erro é detetado, sendo efetuada diretamente em resultados transitados (portanto neste caso, não existe reexpressão).

Co-financiamento

Partes relacionadas

Relacionamentos com empresas-mãe

A estrutura acionista da Empresa é constituída por pessoas coletivas.

Nome das empresas mãe:

- Câmara Municipal de Sernancelhe

- Liga de Amigos da ESPROSER

4.2 Remunerações da pessoal chave da gestão (membros de órgãos de administração, de direção e de supervisão)

Descrição	Períodos	
	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo	112 897,05	116 684,71
Benefícios pós-emprego		
Outros benefícios de longo prazo		
Benefícios de cessação de emprego		
Pagamentos com base em ações		
Total	112 897,05	116 684,71

[Handwritten signatures and initials]

4.3 Transações entre partes relacionadas

a) Identificação e relacionamento com as partes relacionadas

Identificação das partes relacionadas	Descrição sumária da natureza do relacionamento
Empresa-mãe: Câmara Municipal de Sernancelhe Liga de Amigos da ESPROSER	Empresa - mãe Empresa - mãe
Outras entidades: Associação Âmbula IPSS Família Flora - Restaurante, Lda Electro Pisca, Lda	Outras partes relacionadas Outras partes relacionadas Outras partes relacionadas

b) Transações e saldos pendentes:

- i. Quantia das transações



Saldos 31.12.2018

Transações com Partes relacionadas	Compras	Vendas	Prestação de serviços	FSE	Outros gastos	Outros rendimentos	Juros obtidos	Juros suportados	Outros
Empresa-mãe :									
Câmara Municipal de Sernancelhe				174 723,14					
Liga de Amigos da ESPROSER									
	0,00	0,00	0,00	174 723,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras entidades:									
Associação Ámbula IPSS									
Família Flora - Restaurante, Lda				0,00					
Electro Pisca, Lda				4 356,41					
	0,00	0,00	0,00	4 356,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	179 079,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ii. Quantia dos saldos pendentes, incluindo perdas por imparidade e compromissos

Saldos 31.12.2018

Saldos com "Partes relacionadas"	Operacionais		Financiamento		Imparidades		Valor dos Compromissos	Garantias
	Saldo ativos	Saldo passivos	Saldo ativos	Saldo passivos	Acumuladas	Do período		
Empresa-mãe:								
Câmara Municipal de Sernancelhe		479,97						
Liga de Amigos da ESPROSER								
	0,00	479,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras entidades:								
Associação Ámbula IPSS								
Família Flora - Restaurante, Lda		0,00						
Electro Pisca, Lda		929,14						
	0,00	929,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	1 409,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5

Co-financiamento



Ativos fixos tangíveis

Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

Bases de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, métodos de depreciação usados e vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Categoria do ativo fixo tangível	Bases de mensuração da quantia bruta (modelo do custo ou modelo de revalorização)	Métodos de depreciação usados (Método de linha reta ou método degressivo)	Utilização de quota anual ou duodecimal	Limite máximo e mínimo de vida útil (Intervalo em anos)	Taxas média de depreciação utilizadas (Intervalo %)
Edifícios e outras construções	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	5 - 40	2,5% - 20%
Equipamento básico	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	Modelo do custo	Método de linha reta	duodecimal	1 - 4	25% - 100%

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações (do período e acumuladas), as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações e quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

2017							
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta							
Saldo em 01.01.2017	-	580 621,02	466 941,20	90 177,72	175 037,84	74 003,10	1 386 780,88
Adições	-	-	11 510,06	-	5 726,26	-	17 236,32
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	(12 054,04)	-	(32 061,99)	-	(44 116,03)
Ajustamentos de Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2017	-	580 621,02	466 397,22	90 177,72	148 702,11	74 003,10	1 359 901,17
Depreciações acumuladas							
Saldo em 01.01.2017	-	348 764,53	446 453,92	33 001,12	167 361,71	65 309,25	1 060 890,53
Adições	-	36 039,12	7 859,04	15 087,00	3 241,49	263,64	62 490,29
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	(12 054,04)	-	(32 061,99)	-	(44 116,03)
Ajustamentos de Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	85,45	5 476,53	(1 738,29)	(32,63)	(6 743,21)	(2 952,15)
Saldo em 31.12.2017	-	384 889,10	447 735,45	46 349,83	138 508,58	58 829,68	1 076 312,64
Quantia escriturada	-	195 731,92	18 661,77	43 827,89	10 193,53	15 173,42	283 588,53

Co-financiamento



2020



2018							
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta							
Saldo em 01.01.2018	-	580 621,02	466 397,22	90 177,72	148 702,11	74 063,10	1 359 901,17
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	(5 404,97)	(2 184,74)	(184,72)	5 540,96	(6 999,26)	(9 232,73)
Saldo em 31.12.2018	-	575 216,05	464 212,48	89 993,00	154 243,07	67 003,84	1 350 668,44
Depreciações acumuladas							
Saldo em 01.01.2018	-	384 889,10	447 735,45	46 349,83	138 508,58	58 829,68	1 076 312,64
Adições	-	35 783,41	8 661,82	15 087,00	2 109,00	1 054,68	62 695,91
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de Consolidação	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2018	-	420 672,51	456 397,27	61 436,83	140 617,58	59 884,36	1 139 008,55
Quantia escriturada	-	154 543,54	7 815,21	28 556,17	13 625,49	7 119,48	211 659,89

5.2 Depreciações reconhecidas em resultados e depreciações acumuladas

Classe de ativos fixos tangíveis	Depreciações do período		Depreciações acumuladas	
	2018	2017	2018	2017
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	35 783,41	36 039,12	420 672,51	384 889,10
Equipamento básico	8 661,82	5 884,20	456 397,27	447 735,45
Equipamento de transporte	15 087,00	15 087,00	61 436,83	46 349,83
Equipamento administrativo	2 109,00	5 216,33	140 617,58	138 508,58
Outros activos fixos tangíveis	1 054,68	263,64	59 884,36	58 829,68
Total	62 695,91	62 490,29	1 139 008,55	1 076 312,64

6 Locações

6.1 Locações financeiras

Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:

Descrição	Locações financeiras	
	Quantia escriturada líquida 31.12.2018	31.12.2017
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções		
Equipamento básico		
Equipamento de transporte	0,00	49 741,63
Equipamento administrativo		
Equipamento biológicos		
Outros		
Total	0,00	49 741,63

A empresa em 2018 liquidou os dois contratos de locação financeira que tinha, um na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e outro na Caixa Económica Montepio Geral.

[Handwritten signatures and initials]

7 Ativos intangíveis

7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

Categoria do ativo fixo intangível	Vida útil definida ou indefinida	Métodos de amortização usados (Método de linha reta ou método das unidades de produção)	Utilização de quota anual ou duodecimal	Limite máximo e mínimo de vida útil (Intervalo em anos)	Taxas média de amortização utilizadas (Intervalo %)
Programas de computador	definida	método de linha reta	duodecimal	3 - 5	33,33%

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Período findo em 31.12.2017:

2017						
Descrição	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo em 01.01.2017	0,00	3 560,85	0,00	0,00	0,00	3 560,85
Adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31.12.2017	0,00	3 560,85	0,00	0,00	0,00	3 560,85
Amortizações acumuladas						
Saldo em 01.01.2017	0,00	1 582,40	0,00	0,00	0,00	1 582,40
Adições	0,00	1 186,80	0,00	0,00	0,00	1 186,80
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31.12.2017	0,00	2 769,20	0,00	0,00	0,00	2 769,20

Co-financiada por Portugal 2020

Período findo em 31.12.2018:

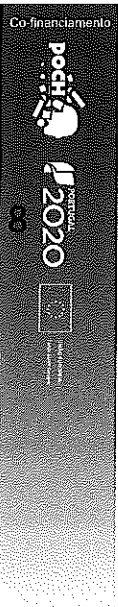
2018						
Descrição	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Investimentos em curso	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo em 01.01.2018	-	3 560,85	-	-	-	3 560,85
Adições	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2018	-	3 560,85	-	-	-	3 560,85
Amortizações acumuladas						
Saldo em 01.01.2018	-	2 769,20	-	-	-	2 769,20
Adições	-	791,65	-	-	-	791,65
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2018	-	3 560,85	-	-	-	3 560,85

7.2 Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Descrição	31.12.2018	31.12.2017	Vida útil remanescente
	Quantia escriturada	Quantia escriturada	
Projetos de desenvolvimento	-	-	
Programas de computador	-	791,65	
Propriedade industrial	-	-	
Total	0,00	791,65	

Investimentos financeiros

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:



Descrição dos investimentos financeiros	Saldo inicial em 01.01.2018	Aumentos			Diminuições			Saldo inicial em 01.01.2018
		Aquisições	Variações de justo valor	Total dos aumentos	Alienações e/ou Imparidades	Variações de justo valor	Total das diminuições	
Valorização pelo modelo do custo:								
C.C.A.M	500,00			0,00			0,00	500,00
Norgarante	700,00			0,00			0,00	700,00
Total ao modelo do custo	1 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 200,00

Valorização pelo modelo do justo valor

Total ao modelo do justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 200,00

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

9 Estado e outros entes públicos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	31/12/2018			31/12/2017		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Ativo:						
Imposto sobre o valor acrescentado						
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas			0,00		654,04	654,04
Outros						
Total ativo	-	-	-	-	654,04	654,04
Passivo:						
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		1 958,80	1 958,80			
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares		4 955,87	4 955,87		5 074,73	5 074,73
Imposto sobre o valor acrescentado						
Contribuições para a segurança social		19 925,22	19 925,22		8 015,97	8 015,97
Outros						
Total do passivo	-	26 839,89	26 839,89	-	13 090,70	13 090,70

10 Outros créditos a receber

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outros créditos a receber	31/12/2018			31/12/2017		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Subsídios		943 471,29	943 471,29		1 220 427,91	1 220 427,91
Juros a receber		-	-		-	-
Saldos devedores de fornecedores		-	-		1 169,46	1 169,46
Outros		-	-		103,62	103,62
	-	943 471,29	943 471,29	-	1 221 700,99	1 221 700,99
Perdas por imparidade acumulada						
Total	-	943 471,29	943 471,29	-	1 221 700,99	1 221 700,99

11 Diferimentos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Diferimentos	Períodos	
	31/12/2018	31/12/2017
Ativos:		
Seguros pagos antecipadamente	8 107,41	5 646,73
Juros antecipados	-	-
Outros	-	-
Total	8 107,41	5 646,73
Passivos:		
Outros	131 459,22	115 252,05
Total	131 459,22	115 252,05

12 Caixa e depósitos bancários

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Caixa e depósitos bancários	Períodos	
	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	6 275,57	81,29
Depósitos à ordem	9 181,90	8 933,46
Total	15 457,47	9 014,75

Co-financiamento



2020



13 Capital próprio

13.1 Capital subscrito

A 31 de dezembro de 2018 a Empresa detinha um capital social subscrito de 50.000,00 Euros.

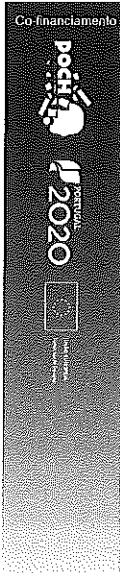
Accionistas	31.12.2018					
	Nº Ações	%	Valor nominal	Capital subscrito	Capital realizado	Capital por realizar
Município de Sernancelhe	4 950	49,50%	24 750,00	24 750,00	24 750,00	0,00
Liga de Amigos da ESPROSER	4 000	40,00%	20 000,00	20 000,00	20 000,00	0,00
Associação Âmbula IPSS	1 000	10,00%	5 000,00	5 000,00	5 000,00	0,00
Família Flora - Restaurante, Lda	25	0,25%	125,00	125,00	125,00	0,00
Electro Pisca, Lda	25	0,25%	125,00	125,00	125,00	0,00
Totais	10 000	100%	50 000,00	50 000,00	50 000,00	0,00

Accionistas	31.12.2017					
	Nº de Ações	%	Valor nominal	Capital subscrito	Capital realizado	Capital por realizar
Município de Sernancelhe	4 950	49,50%	24 750,00	24 750,00	24 750,00	0,00
Liga de Amigos da ESPROSER	4 000	40,00%	20 000,00	20 000,00	20 000,00	0,00
Associação Âmbula IPSS	1 000	10,00%	5 000,00	5 000,00	5 000,00	0,00
Família Flora - Restaurante, Lda	25	0,25%	125,00	125,00	125,00	0,00
Electro Pisca, Lda	25	0,25%	125,00	125,00	125,00	0,00
Totais	10 000	100%	50 000,00	50 000,00	50 000,00	0,00

13.2 Reservas Legais

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Reservas legais	31.12.2018	31.12.2017
Saldo em 01.01.	10 000,00	10 000,00
Aumentos do período		
Aplicação do resultado líquido do período anterior		
Total dos aumentos do período	0,00	0,00
Diminuições do período		
Total das diminuições do período	0,00	0,00
Saldo em 31.12.	10 000,00	10 000,00



13.3 Outras reservas

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

	31.12.2018	31.12.2017
Outras reservas		
Saldo em 01.01.		
Aumentos do período		
Aplicação do resultado líquido do período anterior (.....)	73 122,09	73 122,09
Total dos aumentos do período	73 122,09	73 122,09
Diminuições do período		
(.....)		
Total das diminuições do período	0,00	0,00
Saldo em 31.12.	73 122,09	73 122,09

13.4 Resultados transitados

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

	31.12.2018	31.12.2017
Resultados transitados		
Saldo em 01.01.	351 349,08	342 832,89
Aumentos do período		
Aplicação do resultado líquido do período anterior	8 381,55	8 516,19
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		
Total dos aumentos do período	8 381,55	8 516,19
Diminuições do período		
Aplicação do resultado líquido do período anterior		
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	313 617,77	
Total das diminuições do período	313 617,77	0,00
Saldo em 31.12.	46 112,86	351 349,08



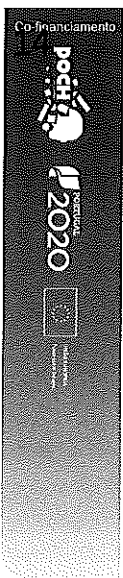
13.5 Outras variações nos capitais próprios

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outras variações nos capitais próprios	31.12.2018	31.12.2017
	Subsídios	Subsídios
Saldo em 01.01.	65 085,24	75 932,77
Aumentos do período		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Total dos aumentos do período	0,00	0,00
Diminuições do período		
Ativos fixos tangíveis	10 847,53	10 847,53
Ativos intangíveis		
Total das diminuições do período	10 847,53	10 847,53
Saldo em 31.12.	54 237,71	65 085,24

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que serão recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, na rubrica "Outras variações nos capitais próprios", sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los como gastos relacionados. No caso do subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessário para compensar qualquer perda por imparidade.



Financiamentos obtidos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos bancários	317 778,84	77 224,32	395 003,16	395 188,46	77 039,02	472 227,48
Contas caucionadas		600 000,00	600 000,00	-	550 000,00	550 000,00
Loações financeiras			-	36 734,17	13 007,46	49 741,63
Outros						
Totais	317 778,84	677 224,32	995 003,16	431 922,63	640 046,48	1 071 969,11

14.1 Financiamentos obtidos cuja duração residual seja superior a cinco anos

Financiamentos obtidos (não inclui locações financeiras - ver nota própria)	31.12.2018	31.12.2017
Pagamentos até 1 ano	63 386,69	67 224,32
Passivo corrente	63 386,69	67 224,32
Pagamentos mais de que um 1 ano e não mais de 5 anos	304 116,47	289 608,88
Pagamentos mais de 5 anos		77 894,28
Passivo não corrente	304 116,47	367 503,16
Totais	367 503,16	434 727,48

15 Fornecedores

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores c/c	44 787,81	53 198,68
Fornecedores - títulos a pagar		
Faturas em receção e conferência		
Totais	44 787,81	53 198,68

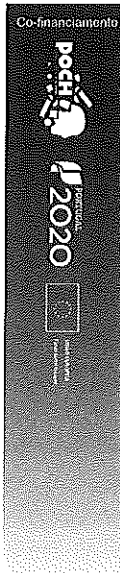
Esta rubrica inclui saldos com entidade relacionadas no montante de 479,97 Euros conforme referido na nota 4.

16 Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Remunerações a liquidar (previsões)	-	-	-	-	41 350,03	41 350,03
Juros a liquidar	-	-	-	-	-	-
Saldos credores de clientes	-	18 306,00	18 306,00	-	2 838,56	2 838,56
Outros	-	288 131,40	288 131,40	-	137 193,59	137 193,59
Totais		306 437,40	306 437,40		181 382,18	181 382,18

Esta rubrica inclui saldos com entidade relacionadas no montante de 227.000 Euros, conforme referido na nota 4.



17 Vendas, prestação de serviços e rédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RUBRICAS	31/12/2018				31/12/2017			
	Mercado interno	Mercado comunitário	Mercado externo	Total	Mercado interno	Mercado comunitário	Mercado externo	Total
Vendas								
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
P.Acabados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços	5 928,10	0,00	0,00	5 928,10	3 010,00	0,00	0,00	3 010,00
Volume de negócios	5 928,10	0,00	0,00	5 928,10	3 010,00	0,00	0,00	3 010,00
Juros				0,00				0,00
Royalties				0,00				0,00
Dividendos				0,00				0,00
Rédito	5 928,10	0,00	0,00	5 928,10	3 010,00	0,00	0,00	3 010,00

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

Prestações de serviços - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;

18 Subsídios à exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	Períodos	
	31/12/2018	31/12/2017
POCH	1 132 404,34	1 214 827,91
Total	1 132 404,34	1 214 827,91

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração, ou no âmbito de programas de formação profissional) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à

exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados (em função dos gastos incorridos, e as condições contratadas), independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

19 Fornecimentos e serviços externos (FSE)

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2018	31/12/2017
Outros (gastos com alunos)	415 983,37	441 496,95
Honorários	209 923,35	251 429,48
Trabalhos especializados	27 319,82	13 812,60
Conservação e reparação	26 400,17	10 226,66
Comunicação	22 451,89	21 557,76
Eletricidade	20 642,38	23 530,20
Combustíveis	13 962,01	5 989,67
Publicidade e propaganda	11 717,03	12 425,30
Material de escritório	10 557,14	13 009,81
Seguros	7 540,76	6 137,78
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	3 152,11	17 291,59
Água	3 003,14	3 261,61
Limpeza, higiene e conforto	2 139,35	1 330,83
Rendas e alugueres	900,28	
Despesas de representação	47,82	800,80
Contencioso e notariado		
Livros e documentação técnica		
Deslocações e estadas		
Transportes de pessoal		
Total	775 740,62	822 301,04

Os “FSE” incluem transações com entidades relacionadas no montante de 393.028,86Euros, conforme referido na nota 4.



20 Gastos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2018	31/12/2017
Remunerações dos órgãos sociais	112 897,05	116 684,71
Remuneração do pessoal	130 988,49	135 474,69
Benefícios pós - emprego		-
Indemnizações		22 998,55
Encargos sobre remunerações	59 680,15	61 782,06
Seguros	5 699,01	7 354,87
Gastos com ação social		
Outros gastos com pessoal	576,66	456,00
Total	309 841,36	344 750,88
Nº médio de colaboradores	14	14

Handwritten signatures and initials, including "K. Queiroz" and "Quel des".

21 Outros rendimentos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2018	31/12/2017
Rendimentos suplementares	-	5 600,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Outros	15 055,64	60 828,39
Total	15 055,64	66 428,39

Os "Outros Rendimentos" não incluem transações com entidades relacionadas.

Outros gastos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2018	31/12/2017
Impostos	1 762,28	968,67
Outros	4 279,62	3 957,18
Total	6 041,90	4 925,85

Os "Outros gastos" não incluem transações com entidades relacionadas.

23 Juros e rendimentos similares obtidos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2018	31/12/2017
Juros obtidos	507,59	1 202,40
Total	507,59	1 202,40

[Handwritten signatures and initials]

Esta rubrica não inclui transações com entidades relacionadas.

24 Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2018	31/12/2017
Juros suportados	27 535,05	29 207,54
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos de financiamento	8 315,83	8 657,82
Total	35 850,88	37 865,36

Esta rubrica não inclui transações com entidades relacionadas.

25 Impostos sobre o rendimento

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2018	31/12/2017
IRC corrente	3 858,05	3 566,93
Impostos diferidos	-	-
Total	3 858,05	3 566,93



25.1 Relacionamento entre gasto /rendimento de impostos e lucro contabilístico

Reconciliação da taxa efetiva de imposto:

A taxa efetiva de imposto é o gasto/rendimento de imposto dividido pelo lucro contabilístico

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado contabilístico antes de impostos (1)	(37 066,68)	11 948,48
Resultado líquido do período (2)	(40 924,73)	8 156,07
Gastos não dedutíveis (3)	3 400,00	3 083,59
Rendimentos não tributáveis (4)	0,00	0,00
Dedução de prejuizos fiscais (5)	0,00	0,00
Resultado tributável (6=1+3-4-5)	(33 666,68)	15 032,07
Taxa de imposto (7)	17% - 21%	17% - 21%
Imposto corrente (8=6*7)	0,00	2 556,73
Imposto diferido (9)	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período (10=8+9)	0,00	2 556,73
Benefícios fiscais (11)	0,00	0,00
Tributações autónomas (12)	3 858,05	1 010,20
Derrama (13)	0,00	0,00
Total do imposto do período (14=10+11+12+13)	3 858,05	3 566,93
Taxa efetiva de imposto (15=14/1)	-10,4%	29,9%

26 Acontecimentos após a data do balanço

26.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 25 de junho de 2019. No entanto os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

26.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

27 Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.



A Empresa não é devedora ao Estado e à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais e contributivas em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no art.º 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro e no art.º 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo).

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2018, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2018.

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos do art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Art.º 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais, quer no território nacional, quer no estrangeiro.

28 Outras informações

28.1 A proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados

A administração propõe que o resultado líquido negativo de 40.924,73€ seja levado a resultados transitados.

28.2 Garantias prestadas

No final do período de 2017 e 2018, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como se segue:

Descrição do facto que originou o pedido de "Garantias"	Banco	Beneficiário	Períodos	
			31/12/2018	31/12/2017
Conta corrente Caucionada	Millennium BCP	Millennium BCP	300 000,00	250 000,00
Conta corrente Caucionada	Caixa Geral Depósitos	Caixa Geral Depósitos	300 000,00	300 000,00
Contrato Locação Financeira	Montepio Geral	Montepio Geral		38 475,36
Contrato Locação Financeira	Crédito Agrícola	Crédito Agrícola		11 266,27
Empréstimo Médio e Longo Prazo	Crédito Agrícola	Crédito Agrícola	367 503,16	434 727,48
PME Investe CGD	Caixa Geral Depósitos	Caixa Geral Depósitos	27 500,00	37 500,00
			-	-
Totais			995 003,16	1 071 969,11

29 Termo de responsabilidade

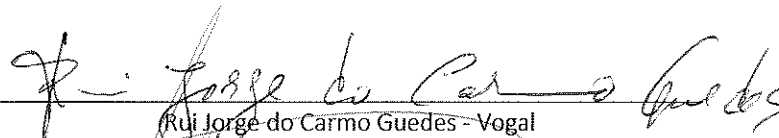
A Administração, confirma que à data de 31 de dezembro de 2018, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

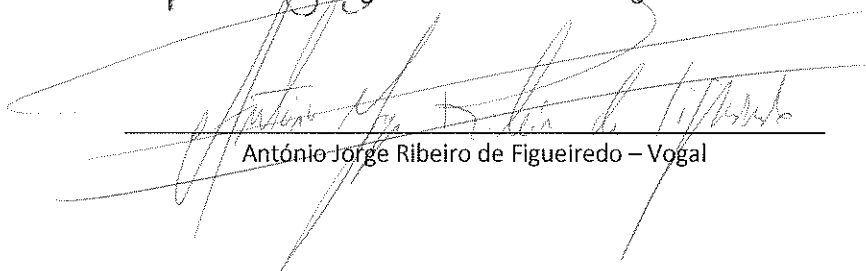
- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Empresa, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Empresa, no âmbito do SNC/NCRF - PE, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Sernancelhe, 25 de junho 2019.

A Administração:


Ana Isabel Brás Chaves – Presidente do Conselho de Administração


Rui Jorge do Carmo Guedes - Vogal


António Jorge Ribeiro de Figueiredo – Vogal

O Contabilista Certificado:


(Carlos Manuel da Silva Pereira, cc 55091)